Singapura: tributação, persecução penal e prevenção à lavagem de dinheiro

Dr Alexander Ressos, TEP
Attorney-at-Law (Switzerland and Germany),
Solicitor (England & Wales and Hong Kong)
Of Counsel, KGP Legal LLC
alexander.ressos@kgplegal.com.sg
www.ressos.com.sg

Inland Revenue Authority of Singapore (IRAS)

A autoridade tributária para imposto de renda, GST (o imposto sobre bens e serviços), imposto de selo e imposto predial, que também atua como autoridade competente para as trocas de informações do CRS e do CARF. A IRAS publica os e-Tax Guides sobre tokens digitais para fins de imposto de renda e de GST e administra o Voluntary Disclosure Programme.[1] Abordagem: soluções de consulta prévia (advance rulings) sobre a aplicação do Income Tax Act a uma operação proposta específica podem ser obtidas mediante taxa, com prazo-alvo publicado de oito semanas. Consultas gerais podem ser feitas pelo myTax Portal. A IRAS é ágil nas respostas, mas não se pronuncia sobre fatos hipotéticos nem sobre a qualificação de operações passadas.

© 2026 Dr Alexander Ressos. General information only, not legal, tax or investment advice. No client relationship is created. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. More information at SingaporeIQ.com and ressos.com.sg.

Commercial Affairs Department (CAD)

A unidade de crimes de colarinho-branco da Singapore Police Force, que investiga fraude, apropriação indébita qualificada pela confiança (criminal breach of trust), lavagem de dinheiro e infrações ao SFA e à PSA, muitas vezes em conjunto com a MAS. O CAD conduziu as investigações da Terraform, da Hodlnaut e do caso de lavagem de 2023.[2] Abordagem: as notícias-crime são registradas em qualquer delegacia ou online e encaminhadas ao CAD quando os fatos o justificam. O advogado da vítima pode fornecer relatórios de rastreamento, e o CAD agirá com base neles. O CAD não informa os denunciantes sobre o andamento das investigações além das notificações formais.

Suspicious Transaction Reporting Office (STRO)

A unidade de inteligência financeira de Singapura dentro do CAD, destinatária das comunicações de operações suspeitas nos termos da seção 45 do CDSA e das declarações de movimentação de numerário. O STRO troca informações de inteligência com o MROS por meio do Grupo de Egmont.[3] Abordagem: comunicações pelo portal SONAR, feitas pela entidade obrigada. O STRO não se comunica com as pessoas comunicadas.

Corrupt Practices Investigation Bureau (CPIB)

A agência anticorrupção, relevante quando ativos digitais são usados para suborno. Abordagem: a mesma do CAD.

Attorney-General's Chambers (AGC)

O órgão de acusação pública e assessor jurídico do governo, que decide sobre a propositura da ação penal e a conduz. A International Affairs Division da AGC é a autoridade central para os pedidos de auxílio judiciário mútuo dirigidos à Suíça e dela recebidos.[4] Abordagem: pela polícia, no caso de notícias-crime; pela autoridade central, no caso de auxílio mútuo.

© 2026 Dr Alexander Ressos. General information only, not legal, tax or investment advice. No client relationship is created. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. More information at SingaporeIQ.com and ressos.com.sg.

Anti-Scam Command (ASC)

A unidade da Singapore Police Force que coordena a prevenção de golpes e o bloqueio rápido de contas, incluindo contas em corretoras de criptoativos, em cooperação com bancos e prestadores de DPT licenciados. Abordagem: as vítimas registram a ocorrência na polícia. Graças às relações do ASC com as corretoras, essa é a via mais rápida para um bloqueio em Singapura.

Notas

1. Inland Revenue Authority of Singapore Act 1992; os guias da IRAS estão listados no Anexo A4 e são discutidos na Parte M. ↩
2. Criminal Procedure Code 2010; o papel do CAD é descrito na Parte N, Capítulo II. ↩
3. Corruption, Drug Trafficking and Other Serious Crimes (Confiscation of Benefits) Act 1992, seção 45; ver Parte L, Capítulo IV. ↩
4. Mutual Assistance in Criminal Matters Act 2000; ver Parte N, Capítulo II. ↩

Disclaimer

This article is provided for general information only. It is based on publicly available sources as at its date of publication. These sources have not been independently verified against licences, regulatory registers or the records of the entities concerned. It is not legal, tax, financial or investment advice. Nor is it a recommendation to invest in, transact with or use the services of any entity mentioned. Law and regulation change frequently, so the content may be incomplete or outdated. To the fullest extent permitted by law, Dr Alexander Ressos and the publisher of SingaporeIQ exclude all liability for loss or damage arising from the use of or reliance on this article. Readers should obtain advice on their specific circumstances before acting or refraining from action.

© 2026 Dr Alexander Ressos. General information only, not legal, tax or investment advice. No client relationship is created. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. More information at SingaporeIQ.com and ressos.com.sg.

Names and trademarks of the entities discussed belong to their owners and are used for identification only. Their mention implies no endorsement, affiliation or allegation of wrongdoing. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. Corrections and updates: contact@ressos.com.

© 2026 Dr Alexander Ressos. This article may be quoted with attribution to SingaporeIQ (SingaporeIQ.com). Reproduction in full and any commercial use require prior written consent. The Legal Terms at https://singaporeiq.com/legal-terms apply.

Author contact: Dr Alexander Ressos, TEP · contact@ressos.com

© 2026 Dr Alexander Ressos. General information only, not legal, tax or investment advice. No client relationship is created. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. More information at SingaporeIQ.com and ressos.com.sg.